ESTUDOS Sociedade e Agricultura

Recebido em: 05 mar. 2025 • Aceito em: 25 ago. 2025 • Publicado: 13.nov.2026

Fragmentos de histórias: Notas sobre trajetórias no contexto da *trágica modernização* rural na Alta Mogiana paulista

Fragments of stories: Notes on trajectories in context the tragic modernization in Alta Mogiana, São Paulo

Bruno César Pereira[1] Maria Aparecida de Moraes Silva[2]

https://doi.org/10.36920/esa34-1_02

Resumo: O artigo examina as transformações sociais, econômicas e laborais ocorridas no mundo rural da região da Alta Mogiana, São Paulo, a partir da modernização agrícola e da expansão da monocultura de cana-de-açúcar, que ocasionou processos de expansão do setor, expropriações no campo e transformações nas relações de trabalho no mundo rural. Esse processo foi responsável pela formação de um novo proletariado rural: os boias-frias. Utilizando três relatos orais de ex-trabalhadores/as rurais, este estudo destaca as trajetórias de famílias expropriadas de suas terras que

[1] Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com bolsa de pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: pereirabcesar96@gmail.com, ORCID:https://orcid.org/0000-0002-7975-6024, Lattes: http://lattes.cnpq.br/4804034110506202.

[2] Doutora em Sociologie Du Développement Iedes pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Livre Docente pela pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Pesquisadora Nível Sr do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: maria.amoraes44@gmail.com, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0019-7806, Lattes: http://lattes.cnpq.br/6792025643983370.

Artigo original • Revisão por pares duplo-cego • Acesso aberto

migraram, de forma forçada, para os núcleos urbanos da região e aponta como essas mudanças redefiniram as relações de trabalho e as formas de resistência, enquanto revelam uma história de perdas, lutas e ressignificações que contrastam com as narrativas oficiais de progresso.
Palavras-chave: Modernização agrícola; Alta Mogiana; Expropriação rural; Boias-frias; Gênero e trabalho.

Abstract: The article examines the social, economic, and labor transformations that have taken place in the rural world of the Alta Mogiana region, São Paulo, following agricultural modernization and the expansion of sugarcane monoculture. This process led to the intensification of exploitation in these areas and the formation of a new rural proletariat: the boias-frias (migrant sugarcane cutters). Drawing on oral accounts from former rural workers, this study highlights the trajectories of families expropriated from their land who are forcibly displaced to urban centers in the region. It also explores how these changes redefined labor relations and forms of resistance while revealing a history of loss, struggle, and redefinition that contrasts with the official narratives of progress.
Keywords: Agricultural modernization; Alta Mogiana; Rural expropriation; Boias-frias (migrant sugarcane cutters); Gender and work.

> A gente [família] vivia da terra, dela tirava o sustento para nós e sempre sobrava algo para vender, trocar em feiras na cidade. Mas quando a cana veio, ela veio meio rápido, ligeira, dominou tudo. Perdemos a terra, na verdade ela foi roubada de nós, de todos nós. Você vai entrevistar muita gente que tem história parecida aqui, com muitos foi assim, nós temos uma... uma... como eu posso te dizer? Nós temos essa história em comum, isso, uma história em comum (*Sr. Galvão*, Maio/2017).

Prólogo

Espaço, história e atores

Em fins da década de 1950, existiam no estado de São Paulo pouco mais de 640 mil colonos que, com suas famílias, "[...] tomavam conta da maior parte

dos principais cafezais do país. Naquele momento, a cafeicultura ainda era o carro-chefe da economia nacional", mas uma profunda transformação estava em curso, a ponto de em menos de vinte anos "[...] não existirem mais nem a figura desses trabalhadores, nem a centralidade econômica dessa produção" (Boechat, 2020, p. 204). Ao longo das décadas 1960 e 1970, no nordeste paulista, ocorre a passagem da *civilização cafeeira* para a *civilização da usina*, que foi marcada, sobretudo, pelo desaparecimento das famílias típicas de colonos naquela região e o nascimento de uma nova figura, o boia-fria.

> Irrompendo em meio ao imaginário social dos anos de 1970 e 1980, o boia-fria alimentava indústrias e sonhos de um progresso movido a álcool, de uma nação que transformava sítios, roçados e fazendas em canaviais. A sua imagem provocou um estremecimento (Dawsey, 2013, p. 171).

As transformações do mundo rural paulista foram amplamente estudadas e analisadas por uma série de autores emblemáticos dos estudos rurais no Brasil – como Maria Conceição D'Incao e Vinícius Caldeira Brant, na década de 1970, e Verena Stolcke e José Graziano da Silva, nos anos de 1980 – que, procurando elementos díspares, ora se articulando, ora divergindo, mas, de modo geral, convergindo, debruçaram-se sobre o fim do colonato, a modernização da agricultura paulista, a reprodução das relações sociais de produção e a ascensão do trabalhador "boia-fria". Esses estudos realizaram amplas análises acerca do processo de modernização da agricultura, discutindo, fundamentalmente, as alterações das bases técnicas da produção agrícola. Tais estudos colocam em destaque um processo histórico que "[...] assumiu formas mais intensas na medida em que o capital industrial estreitou relações com a agricultura, visando ampliar suas esferas de reprodução e acumulação" (Martins, 2024, p. 3).

Pontuada aqui a região de interesse deste estudo, qual seja, a região da Alta Mogiana paulista, nota-se que este processo modificou seu horizonte rural e resultou na expulsão de centenas de trabalhadores residentes desses espaços, desde colonos e trabalhadores permanentes até parceiros e pequenos arrendatários, gerando uma profunda transformação na paisagem e também nos modos de vida.

> Os impactos sobre as populações tradicionais que viviam do trabalho na terra foram intensos, uma vez que perderam o meio de produção – no caso os proprietários de terra – e a possibilidade de acesso à terra (arrendatários, agregados, etc.), que sofreram maiores consequências, na medida em que foram privados dos meios essenciais para a sobrevivência [...] (Mendonça, 2008, p. 11).

Essa população que habitava o mundo rural, em sua grande maioria, passou a viver nas periferias dos núcleos urbanos. Amontoando-se nelas, sem qualquer alternativa de trabalho, tornam-se boias-frias, trabalhadores rurais temporários. O mundo rural fez-se despovoado e as cidades, que perderam sua função de complementaridade com o mundo rural, transformaram-se em local de reprodução e de realização do mercado de trabalho, passaram a concentrar o poder e o controle, (re)criando dicotomias como a de classe e de gênero. Além disso, transformaram-se, em contrapartida, em espaços políticos, de organização e de resistência (Moraes Silva, 1993).

Ancorados nessas análises sócio-históricas, buscaremos, ao longo das próximas páginas, analisar algumas trajetórias que se entrelaçam e se complementam. Tecem-se vidas e experiências marcadas pelo desenraizamento, expropriação e exploração. São histórias de vida de sujeitos, homens e mulheres, que passaram a viver nas margens da cidade de Orlândia, localizada na Alta Mogiana paulista, mas que não romperam com o campo: voltaram a ele como boias-frias. Buscaremos, ao longo deste texto, evidenciar que a expropriação é a marca do aprofundamento do capitalismo no campo e "[...] insere-se num processo longo, necessariamente histórico, pleno de meandros e sutilezas nem sempre visíveis e reconhecíveis" (Moraes Silva, 1990, p. 6).

Resgatando histórias, memórias, trajetos e trajetórias de sujeitos que foram sobrepujadas em meio a uma "limpeza do terreno" (Moraes Silva, 2024), evidenciaremos o avanço da monocultura canavieira sobre as terras de plantar de Orlândia, o nascimento destes sujeitos enquanto boias-frias e, paulatinamente, o seu desaparecimento, seja em virtude de alijamento das atividades no campo, com base nas "bagunças" (greves e paralisações), seja da reestruturação produtiva implantada pelas usinas de cana de açúcar desde fins da década de 1980. Produz-se, assim, um processo de reconfiguração do

trabalho, caracterizado pelo aumento da intensidade da exploração e novas formas de divisão sexual do trabalho, mas também devido ao vertiginoso crescimento de vagas de emprego no espaço urbano de uma cidade que, conforme nos foi relatado, era "um ponto fora da curva".

Este artigo, fragmento de uma pesquisa mais ampla, toma como base relatos orais coletados ao longo dos últimos oito anos (2017-2024)[3], levando em consideração diferentes metodologias da história oral; ou seja, há uma mescla entre os métodos de história de vida, aplicação de questionários e roteiros semiestruturados. A fusão destas metodologias resultou em ricos relatos que abordam suas trajetórias, mobilidades, atividades profissionais (formais e informais), mudanças sociais e profissionais, os caminhos traçados durante sua vida e os acontecimentos considerados marcantes, seus "momentos-chave". Tais narrativas constituem-se como privilegiadas fontes que iluminam diferentes memórias sobre o passado e revelam aspectos obscurecidos da vida cotidiana, especialmente acerca dos conflitos e seus significados (Graebin; Viegas, 2008, p. 34).

No caso específico deste artigo, optou-se por trabalhar com três depoimentos: dois masculinos e um feminino. A escolha desses relatos justifica-se pelo recorte analítico adotado, centrado em compreender os processos de transformação do espaço agrário e das relações de trabalho na região da Alta Mogiana, a partir da perspectiva de sujeitos que habitaram diretamente o campo. Assim, foram selecionadas narrativas que melhor expressam tais experiências e permitem evidenciar, de forma densa, as dinâmicas de mudança em curso, no período investigado.

Para uma melhor visualização de quem são os sujeitos, utilizamos seus sobrenomes para identificá-los[4] e, para introduzir seus relatos, construímos um breve "retrato" de sua trajetória, pontuando seus deslocamentos e mobilidades, assim como as atividades nas quais se empregaram, seja na cidade, seja no campo.

[3] A pesquisa mais ampla, da qual este artigo é fragmento, tese de doutorado do primeiro autor, contou com 43 entrevistas: 23 mulheres e 20 homens, com idades que variaram entre 24 e 68 anos (no momento da entrevista). Todos os entrevistados são migrantes oriundos do mundo rural paulista, de estados do Nordeste, do Paraná e de Minas Gerais, que se deslocaram para Orlândia entre o final da década de 1970 e o início dos anos 2000 (Pereira, 2026).

[4] O uso dos sobrenomes dos/as entrevistados/as foi autorizado/a por meio da assinatura de Termo de Cessão que registra, autoriza e consente o uso de suas narrativas e de seus sobrenomes reais para a escrita deste estudo.

Ademais, outros marcadores sociais como idade, gênero e raça são apresentados, pois refletem parte de seus pertencimentos a diferentes organizações sociais, quanto à ação desses sujeitos como produtores de suas histórias, e não apenas como produtos. No caso da idade, os três relatos analisados correspondem a sujeitos hoje idosos, o que se explica pelo recorte temporal da pesquisa. Quanto ao gênero, o artigo discute em profundidade o alijamento das mulheres ao longo das reestruturações produtivas do setor agrícola, que esteve ligado tanto a questões fundadas no patriarcado, construções históricas, representações e estereótipos de gênero, como a suas posições como vozes ativas referentes às lutas travadas pelos trabalhadores/as e sindicato. Por fim, em relação à raça, embora não nos dediquemos de forma mais aprofundada neste texto, frisamos que, se em um primeiro momento havia diversidade de sujeitos laborando no campo, no final da década de 1990, com a dispensa generalizada da mão de obra local, os marcadores raciais se tornaram definidores do valor atribuído à força de trabalho, aspecto que é aprofundado no estudo amplo, do qual essa pesquisa se origina, ao discutir a trajetória de *trabalhadores permanentemente temporários,* especialmente dos nordestinos – identificados pela expressão *piauís* – como também, de modo pioneiro, por Moraes Silva em *Errantes do fim do Século* (1999) e, mais recentemente, *Trabalho rural: as marcas da raça* (2016).

Os relatos aqui analisados, mesmo considerados individuais, ou seja, de pessoas que falam sobre si e suas memórias, encontram-se entrelaçados a questões mais amplas, isto é, o falar sobre si acaba por envolver outros sujeitos, outras trajetórias, também destacando contextos mais amplos do seu dia a dia ou de suas experiências. Conforme Magalhães (2015), a memória é individual e social. Quem lembra é o indivíduo. No entanto, a memória individual não está inteiramente fechada e isolada. Conforme observaremos, a memória dos sujeitos (individual), evidenciada em suas explanações, ainda pode ser compreendida enquanto memória coletiva, que está dentro de um quadro de referências dos indivíduos que estão narrando suas histórias, ou seja, ela acontece em conexão com o grupo, sendo evocada pelo indivíduo em um quadro social (Halbwachs, 2006).

Tendo como baliza as considerações de autores como Halbwachs (2006) e Pollak (1992), entendemos a memória como resultado da interação social. Por isso, ao invés de estudá-la em si, isolá-la no indivíduo e distanciá-la do social, propomo-nos a pensá-la e analisá-la enquanto "quadros sociais" da memória. A lembrança individual está relacionada aos grupos em que as pessoas se incluem, tais como a família, a classe social, instituições religiosas e de ensino, e as suas atividades laborais. Os relatos acerca do passado marcam o pertencimento do indivíduo ao grupo. Assim, os estudos das memórias dos sujeitos não se limitam a um resgate das experiências do passado: trata-se de uma ressignificação desse passado à luz das experiências no presente, o que permite compreender as continuidades e rupturas do sujeito e de seu grupo no tempo (Halbwachs, 2006; Pollak, 1992).

Cena I – "o homem profetizou, e tudo virou cana"

Em meio à trágica modernização, o nascimento do boia-fria

A história oficial da cidade de Orlândia, escrita por seus memorialistas, como Cyro Armando (1997; 1998; 2007), Adélia Diniz (1979; 1989; 1995), Oswaldo Ribeiro e João Francisco Junqueira (1999), por meio de contos, poemas e crônicas, debruçou-se sobre o campo, o mundo rural, destacando, sobretudo, a importância dos cafezais e dos colonos italianos e seus descendentes para o desenvolvimento da cidade.

Tais narrativas evocam o passado orlandino atrelando a agricultura como sua principal atividade econômica, no qual o café foi o carro chefe. Todavia, os textos desses memorialistas evidenciam que, gradativamente, ao longo das décadas seguintes, o café dividiu os holofotes com outras culturas, especialmente as de algodão, arroz e milho, e as atividades industriais que surgiram e foram se diversificando, sobretudo, por meio da instalação de máquinas de beneficiamento de algodão e arroz ao longo da segunda metade dos novecentos.

Desde a fundação da cidade (1910), a partir da doação e venda de lotes do Coronel Diniz Junqueira, fundador de Orlândia e proprietário da grande

maioria das terras do município, houve a criação de um cinturão ao redor da cidade, contendo inúmeros sítios e chácaras que não estavam ligados às monoculturas: eram produtores de hortifrutigranjeiros que supriam as necessidades da população ali instalada. Observa-se, assim, que Orlândia, como outras cidades da região, possuía parte de sua estrutura fundiária desconcentrada, com pequenas propriedades, em geral, policultoras, dinamizadas à base do trabalho familiar (Melo; Moraes Silva, 2013).

Tais memorialistas interessaram-se em narrar o campo como signo de espaço primordial de desenvolvimento: foi a partir dele, das riquezas advindas dele, especialmente do café, que Orlândia se tornaria uma "cidade moderna". Nessas produções histórico-literárias, observa-se uma certa nostalgia em relação a duas temporalidades: a primeira refere-se a essa sociedade cafeeira (da fundação da Vila Orlando em 1901 a meados da década de 1950), e a segunda, ao "tempo áureo", às décadas de 1970 a 1990, em que elas debruçam-se sobre as "pujantes iniciativas empresariais", destacando os avanços das empresas Metalúrgica Orlândia S/A (Morlan), Indústria de Terminais Elétricos (Intelli), Brejeiro, indústria ligada ao beneficiamento de grãos, Guabi, indústria ligada à produção de rações animais, grupo de usinas e destilarias Colorado, Companhia Mogiana de Óleos Vegetais (Comove) e Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia (Carol). É interessante pontuar que nestes relatos memorialísticos há uma certa ausência, ou melhor, uma invisibilização, especialmente das trajetórias de trabalhadores rurais (boias-frias) que habitavam a cidade no mesmo período.

Na contramão desta literatura, inscrita no registro da história oficial, deparamos-nos com uma produção marginal de memória, expressa nas crônicas e poemas de Luis Serafim (1997, 2010, 2020a, 2020b). Suas narrativas deslocam-se do enquadramento da memória dominante (Pollak, 1989), que seleciona e legitima certos acontecimentos como dignos de recordação, em detrimento de outros. Diferentemente da concepção de Halbwachs (1990), para quem a memória ancora-se em quadros sociais que a tornam compartilhável, Pollak enfatiza a existência de memórias subterrâneas, silenciadas ou relegadas a posições marginais, que emergem em disputa com a memória oficial. Nesse sentido, as crônicas e poemas de Serafim tornam visível uma memória

subalternizada: experiências cotidianas, práticas de sociabilidade, festas, relações de trabalho e marcas de preconceito vividas por moradores de Orlândia, aspectos invisibilizados pela narrativa hegemônica, mas que persistem como registros de resistência simbólica. Seus personagens são pessoas comuns, não os "heróis" ou sujeitos "ilustres". São os migrantes (paulistas de outras cidades, mineiros e paranaenses), os boias-frias, as mulheres, as prostitutas, os negros, de maneira geral, são a "ralé", o "zé povinho" – expressões utilizadas pelo próprio autor ao se referir a seus personagens. São Mané, Ritinha, Nêgo, Zé Laranja, entre outros. Sua narrativa destaca outros espaços na cidade, para além de seu centro histórico (Vila Orlando), espaços omitidos na narrativa oficial, localizados para "lá da linha do trem". Em síntese, o autor narra a vida cotidiana daqueles que se encontravam às margens da cidade e da história oficial de Orlândia, ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Serafim não se volta para as plantações e riquezas advindas delas, muito menos aos grupos empresariais. O autor, migrante do mundo rural paulista, viveu e trabalhou em Orlândia como engraxate, vendedor de picolés, boia-fria e operário. Também atuou durante alguns anos, como técnico de atletismo e líder sindical da categoria de professores municipais da cidade. Diferente dos poetas e cronistas e das histórias guardadas nas gavetas de aço nos *lugares de memória* do município, que narram as riquezas do campo, ele dedicou diversas obras ao cotidiano de migrantes, boias-frias, operários urbanos que, para ele, "realmente fazem a história" (Serafim, 2020a, p. 10). Uma marca de suas obras está em inverter o olhar e narrar a história a partir de um outro ponto de vista, a dos vencidos (Löwy, 2008).

Suas produções focam nas experiências e trajetórias de vida de trabalhadores e trabalhadoras do campo, bem como dos chamados "operários urbanos", que, segundo ele, eram todos aqueles que não possuíam atividades empregatícias ligadas ao mundo rural, não somente os funcionários das empresas que cresciam na cidade no último quarto do século passado, os tais "operários urbanos", mas também as domésticas, lavadeiras, pintores, pedreiros, coveiros e as "operárias urbanas do amor" (prostitutas), entre outros. Sempre em tom crítico e de denúncia, o cronista e poeta colocou em destaque a figura dos

migrantes-trabalhadores rurais e urbanos e da exploração vivenciada por estes que ali chegaram e ocuparam as "bordas da cidade" desde meados de 1970.

Em suas crônicas, Serafim nos relata o trabalho na roça e na cidade, do sair de casa, das ruas e seus buracos, descreve os dias de trabalho, sob sol e chuva, das estratégias para "vadiar", dos mandos, desmandos e explorações sofridas em meio aos canaviais e cafezais. Em tom melancólico, narrou crônicas e construiu poemas sobre o cotidiano de sujeitos despossuídos e expropriados que, em Orlândia, buscavam "[...] um novo canto, para ser sua nova morada, longe ou perto do seu antigo canto, da sua terra perdida, vendida, abandonada – por medo ou pressão" (Serafim, 1997, p. 28).

As trajetórias narradas e poetizadas, que se entrelaçam à sua própria história de vida, encontram-se ligadas, historicamente, ao momento "áureo" descrito pela história oficial, todavia, com um outro olhar, de um/a outra/o posição/ângulo. É uma história vista de baixo. Os desenvolvimentos do campo e da cidade, correlacionados, são descritos a partir de uma população pobre (migrantes e descendentes de imigrantes), periférica, despossuída e desenraizada. São:

> [...] histórias de gente com sobrenomes estrangeiros, mas pobres, de negros e negras, de migrantes da lavoura, são histórias de dores e humilhações. Dizendo-as, fazem-nas vivas nos corações de quantos estejam dispostos a abrir os ouvidos, almas e corações para aqueles cujas vidas é uma luta ininterrupta contra o preconceito, contra a miséria, contra a brutalidade de um mundo de 'vencedores' (Serafim, 2010, p. 14).

Seus poemas e crônicas descortinam a história oficial, resgatam sujeitos, histórias, memórias, trajetos e trajetórias, que foram vencidas pelo processo de "limpeza do terreno", especialmente pelo avanço dos canaviais. Seus trabalhos colocam em destaque uma população subalterna que chegou à cidade a partir de um longo processo de expropriação rural, desde o início da segunda metade do século XX.

As linhas traçadas por Serafim ganham vida e cor a partir de testemunhos coletados ao longo dos últimos anos de pesquisa. Infelizmente será impossível,

neste artigo, debruçarmo-nos sobre todos. Serão apresentados, nos limites deste texto, três, como dito anteriormente. Comecemos pelo *Sr. Galvão*.

> Eu nasci, cresci, vivi e trabalhei na roça. Desde criança, meu brinquedo era uma enxada [risos]. A gente plantava para comer, não era grande, nossa terra era pequena. Às vezes saía uma saca a mais e a gente acabava por vender ou trocar em Ituverava. Era uma vida boa, não tinha regalia, mas eu posso te dizer que fome eu nunca passei. Mas aí meu pai uma vez chegou em casa e disse: 'tudo vai virar cana', *o homem profetizou, e tudo virou cana*. Chegou um homem na terra e disse, isso aqui é do Sr. Tal, e meu pai negou, era nosso. Ele apresentou um papel dizendo que era do tal senhor. Triste, não é? Você ser dono e de repente você não ser mais. Uma tia falou para nós irmos para Orlândia, lá estava bom de emprego, muito emprego na roça e a cidade ia crescer muito com as empresas. Nós fomos, eu te disse que a roça era boa porque nunca passei fome, né? Pois na cidade a gente de começo comeu o pão que o diabo amassou e às vezes nem esse pão tinha para comer [risos]. Lá a gente ia trabalhar na roça também, mas era para os outros, pagavam muito pouco, viramos todos boia-fria. De começo se colhia, plantava, limpava o que tinha, mas a cana também chegou ali. Virei cortador, cortei muita cana, não posso dizer que ganhei muito com isso, às vezes, nem o suficiente para comer. Até que da cana eu fui dispensado, expulso, foi por causa de paralisação, das greves que a gente andou fazendo [risos]. Mas também os gatos já não queriam os daqui, se não tivesse sido expulso por querer os meus direitos naquela época, ia ser demitido nas safras seguintes, isso foi o impulso que eu precisava para ir atrás de coisa melhor (*Sr. Galvão*, Maio/2017).

Esse relato foi nos concedido pelo *Sr. Galvão*, homem branco, atualmente com 70 anos, natural de Ituverava, estado de São Paulo, pai de três filhos. Possui ensino médio completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez em sua residência no extremo-leste orlandino em maio de 2017. *Galvão* migrou para a cidade no final de 1970, junto com os pais e irmãos, após a expulsão da família de suas terras devido não possuírem documentos que comprovassem a posse. Ao perderem os documentos, conforme narrou, um fazendeiro, utilizando-se de "trambiques"[5] em um cartório, apresentou à sua

[5] Expressão que, provavelmente, está se referindo à grilagem.

família a escritura que lhe garantia a posse da terra. Foram obrigados a sair, "[...] não deixaram nem levar as coisas, meu pai e minha mãe e mais dez filhos, enxotados".

A migração de sua família não foi uma opção, mas uma necessidade, pois, retirados da terra, do seu meio de sobrevivência, não tinham nada mais do que a força de trabalho para vender (Moraes Silva; Verçoza; Reis, 2019, p. 44). Migraram para a cidade de Orlândia a convite de uma tia e, na cidade, ele e a família tornaram-se assalariados rurais, dedicaram-se a laborar no campo, inicialmente, no plantio e colheitas diversas, como a de amendoim, café, batata e outras, mas, em virtude do domínio dos canaviais sobre as terras de plantar da região, tornou-se parte do contingente de cortadores de cana até sua exclusão desta atividade, no início da década de 1990.

Sua saída dos canaviais, em 1994, ou melhor, sua expulsão, como ele recordou, ocorreu após uma paralisação realizada junto com os companheiros. Ficou marcado, não conseguindo mais se empregar no corte ou outra atividade nos canaviais. Todavia, ao rememorar essa passagem de sua trajetória de vida, coloca em destaque que sua "expulsão" dos canaviais havia sido benéfica, é vista como um impulso que precisava "[...] para ir atrás de coisa melhor". A "coisa melhor", na narrativa do entrevistado, corresponde à busca por emprego nas empresas da cidade. *Sr. Galvão* se empregou, inicialmente, na empresa Brejeiro, dedicada ao beneficiamento de arroz, processamento de soja e produção de óleos e biodiesel, atuando na área de carga e descarga, e, anos mais tarde, após prestar concurso público, tornou-se motorista da prefeitura até final da década de 2010, quando se aposentou.

Sua narrativa coloca em destaque uma série de pontos, como o das migrações forçadas, as expropriações rurais, o viver urbano e as atividades empregatícias no campo e na cidade. Todos estes pontos, como a narrativa transparece e indica, devem ser lidos no contexto do mesmo processo histórico, o da *trágica modernização* do campo paulista, marcada pelo domínio da monocultura da cana de açúcar e pelo processo de modernização das atividades do setor sucroalcooleiro, caracterizada pela introdução de novas tecnologias em todas as fases do processo produtivo e pela reconfiguração do trabalho assalariado rural no nordeste do estado de São Paulo (Moraes Silva, 1999).

Ao longo do último quartel do século XX, acompanhando as transformações ocorridas em outras regiões do estado, o espaço rural orlandino foi marcado pela reestruturação produtiva do setor agrícola: os cafezais e outras culturas que dominavam seu horizonte rural foram paulatinamente desaparecendo e, quase automaticamente, a cana foi avançando. Em síntese, ocorre uma mudança na maneira de produzir: a substituição dos produtos, não mais o café, algodão e milho, mas, cada vez mais, a cana de açúcar.

Moraes Silva (1999, p. 68) evidencia que, entre fins das décadas de 1960 a 1980, na região da Grande Ribeirão Preto, as áreas plantadas com cana de açúcar saltaram de 185.500ha para 624.700ha, um aumento de quase 3,5 vezes. Em Orlândia, especificamente, o cultivo da cana passou a ganhar cada vez mais destaque na década de 1980. O jornalista Fernando Brisolla de Oliveira, em reportagem publicada na *Folha de Orlândia* em 4 de fevereiro de 1984, destacava os altos investimentos em compra e arrendamento de terras nas cidades de Orlândia e Morro Agudo pela Usina Vale do Rosário, sediada na segunda cidade. A projeção da empresa no período era que, somente em Orlândia, ao longo dos anos de 1984 e 1985, fossem incorporados novos 7.500ha de terras ao plantio da cana. Esse montante pertencia a 94 pequenos fazendeiros que, até então, não se dedicavam exclusivamente ao plantio deste produto, possuindo produções agrícolas variadas, como café, soja, milho, algodão e arroz. Esse avanço pode ser comprovado ainda por outra reportagem no mesmo periódico em sua edição de 12 de maio de 1984, assinada pelo jornalista Valmeron de Bona: se por um lado, acreditava-se que ocorreria uma queda nas produções de café (-13%), milho (-12%), soja (-8%), amendoim (-46%) e arroz (-7%), na produção de açúcar e álcool, observava-se um possível aumento significativo (+47%) em comparação à safra anterior.

A cana dominou as terras do horizonte rural em fins de 1980, quando passou de uma baixa produção na safra de 1982 (15%), para uma alta no início da década de 1990 (60%), e muito alta no início do século XXI (75%) (Cano; Paulillo, 2015). Em 2009, o jornal *Folha de São Paulo* anunciava que a regional de Orlândia liderava o *ranking* de faturamento há mais de cinco anos (desde 2004, quando arrecadou R$ 872,6 milhões), entre os seis Escritórios

de Desenvolvimento Rural (EDRs) da área de Ribeirão Preto.[6] Em 2008, a regional de Orlândia liderou a produção com 33,9 milhões de toneladas de cana de açúcar, somando um faturamento de pouco mais de R$ 1,2 bilhão.

O predomínio da monocultura canavieira, em fins do século XX, gerou o desaparecimento das "cores" (plantações) na paisagem/meio rural da microrregião de Orlândia. A ocupação de áreas pela lavoura canavieira que, anteriormente eram ocupadas por diferentes "cores", provocou significativas mudanças nas relações de trabalho e nas formas de exploração da terra e no valor comercial destas. Sobre este ponto, o relato do *Sr. Urbinati* é esclarecedor:

> Eu sou da roça, nasci e vivi muito tempo por lá, no rural. Minha família morou por anos e anos na fazenda Santa Rosa [localizada na divisa entre os municípios de Orlândia e Sales Oliveira], era uma fazenda grande, tinha muitas famílias, umas 40, dava umas 200 pessoas. Cada família arrendou um pedaço. A minha lidava muito com milho, mas também tinham outras coisas, principalmente galinhas e porcos, que era tanto para a gente quanto para trocar nas feiras em Sales e Orlândia. Mas a vida tem dessas, de dar esses sustos, de dar decepções. Quando estava para acabar o contrato, a gente já tinha ideia de que iria sair dali, que seria tudo vendido ou arrendado para a usina e, não deu outra. Logo que acabou o contrato, fomos informados que não seria renovado com ninguém ali. Quando saímos, meus pais choravam muito, uma semana depois da saída, todas as casas já haviam sido derrubadas e logo se plantou cana onde vivíamos, nós não perdemos só a terra, mas uma parte da nossa história, fomos arrancados de lá e não restou mais nada. Nós fomos para Sales, mas muitos também foram para Orlândia. Em Sales eu consegui emprego como tratorista para [Usina] Colorado, não fiquei muito, foram cinco anos só. Aí eu fui pra luta [risos], fui para o sindicato, ganhei a eleição e arranquei o pelego da presidência e estou aqui até hoje! Muitos anos de luta, meu amigo, muitos, ganhamos coisas, mas perdemos muito mais, veja, essa região era tão colorida, sumiu tudo e virou em pé de cana, a mesma coisa com quem morava nesse lugar, no campo [silêncio], me desculpa, não gosto muito de falar sobre essa parte da minha história, na verdade ninguém gosta, ninguém que viveu isso, você já deve saber disso né? Todos nas pontas dessa cidade têm essa história (*Sr. Urbinati*, Junho/2024).

[6] As demais regiões são: Barretos, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Araraquara e Franca. No ano de 2008, juntas, as regiões produziram 106 milhões de toneladas de cana.

Em meio a diversas narrativas partilhadas, como *Sr. Galvão* nos disse, observa-se "uma história em comum", uma história de sujeitos subjugados ao longo desta "tempestade chamada progresso" (Dawsey, 2013), a trajetória do *Sr. Urbinati* é fundamental. *Urbinati*, homem branco, neto de imigrantes italianos, atualmente com 72 anos, pai de quatro filhos e possuindo o ensino médio completo, é presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais Assalariados de Orlândia e Sales Oliveira, desde 1983. *Urbinati* assumiu o sindicato visando, junto aos companheiros, derrubar o então presidente, que ocupava o cargo havia 19 anos e que, segundo ele, "era um pelego". O entrevistado nasceu e viveu até seus 25 anos na fazenda Santa Rosa, localizada na divisa entre as cidades de Sales Oliveira e Orlândia. Sua família, composta pelos pais e nove irmãos, possuía um pedaço de terra arrendado onde, além do plantio de milho, criava porcos e galinhas para a reprodução do grupo familiar, cujos excedentes eram vendidos em feiras, tanto nas cidades de Sales como Orlândia. No entanto, ao final do contrato de arrendamento em fins da década de 1970, a fazenda foi vendida e sua família e as demais, cerca de 40, que totalizavam 200 pessoas, migraram à força para a cidade, algumas delas seguindo para Orlândia e outras para a cidade vizinha, Sales Oliveira. Segundo o entrevistado, esse foi um momento marcante para todos, pois a expropriação não causou apenas a perda da terra, mas de toda uma cultura.

O relato do *Sr. Urbinati* parte de sua trajetória de vida, de sua experiência de mais de quatro décadas como sindicalista rural, mas também se entrelaça à trajetória daqueles "despojados", ou seja, os sujeitos que migram para a cidade devido à expropriação rural. Sua narrativa coloca em destaque, além das transformações no campo, as transformações vivenciadas pelos antigos moradores do espaço rural que foram expropriados de suas roças, moradas, da posse de suas terras e dos meios e instrumentos de trabalho e acabaram se tornando, quase em sua maioria, boias-frias.

Conforme indica-nos ainda o relato do *Sr. Urbinati*, não foram somente as "cores" que abandonaram o rural do nordeste paulista, mas também os sujeitos. Abandono, talvez não seja a melhor expressão, pois, conforme destacado não só pelos nossos entrevistados, mas também pela literatura (Moraes Silva, 1999; Silva 2009; Bini; Tahan, 2010), para analisarmos a modernização do campo e

urbanização da região de Ribeirão Preto, o termo correto seria expulsão, visto que a grande maioria dos sujeitos, pequenos proprietários que vivenciaram o êxodo rural – ou melhor, a *migração forçada* (Moraes Silva, 2024) – na região no último quartel do século passado, deslocaram-se em virtude das pressões, em certo casos feitas pelo uso da violência, física ou por ameaças para venda e arrendamento das terras. Ademais, destaca-se que, mesmo alguns sujeitos negando-se ou resistindo à venda ou arrendamento de suas terras tiveram suas produções estranguladas em virtude da preferência na concessão de créditos voltada unicamente para os produtos altamente exportáveis, fato que culminou também na proletarização de muitos desses pequenos proprietários, dado que muitos, não conseguindo mais produzir, acabaram por vender ou arrendar suas propriedades por valores pífios e se deslocaram para os centros urbanos, passando muitas vezes a compor o enorme contingente de trabalhadores volantes, os boias-frias (Silva, 2009, p. 63).

Segundo análise dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – série histórica 1940-2000 -, bem como os Relatórios dos Planos Diretores do Município (2010), Orlândia vivenciou uma profunda mudança da distribuição populacional. Em 1940, 73,7% da população viviam na zona rural e, em contrapartida, 26,3% na zona urbana. Nas décadas posteriores, além do significativo aumento populacional (em 1940, Orlândia contava com pouco mais de 13 mil habitantes e, na década de 2000, com pouco mais de 36 mil), ocorreu uma significativa inversão na distribuição entre as zonas urbana e rural. A cidade passou a contar, nos anos 2000, com uma taxa de urbanização de 97,79%; naquele momento, 36.004 pessoas habitavam o urbano e 796 pessoas, o rural, 2,21% (IBGE, 2000). Com a cultura canavieira na região, houve a migração dos expropriados da terra para as áreas urbanas, configurando um período de migração campo-cidade e a consequente transformação de seu tecido urbano.

Ademais, é possível levantar a hipótese, seja por meio dos escassos dados demográficos e de estatísticas oficiais, como dos próprios relatos coletados ao longo destes últimos anos, que significativo contingente destes migrantes, entre as décadas de 1970-1990, empregou-se massivamente no trabalho rural. Como exemplo, segundo dados do IBGE (2000), a população orlandina, na

década de 1980, era composta de pouco menos de 22 mil habitantes. Destes, segundo estudo de Carmo (1992), o setor sucroalcooleiro, em especial, durante os períodos de safra, empregava em torno de 8.500 trabalhadores.

Essas análises sócio-históricas ganham vida e cor com base em fatos reconhecidos e/ou narrados pela literatura marginal de Serafim e pelos relatos de sujeitos que vivenciam tais processos, tais como os dos *Srs. Galvão* e *Urbinati*, apresentados em páginas anteriores. São memórias subterrâneas, de sujeitos que não têm sua história e trajetória registradas e/ou agregadas à história oficial (Pollak, 1989).

Esses sujeitos comportam experiências de vida vinculadas a uma dolorosa trajetória, que, na prática, concretizaram-se no rompimento de laços afetivos de parentesco, vizinhança e de amizades, além, é óbvio, da perda do seu instrumento de trabalho e local de sua morada, a terra (Ribeiro, 2006; Dawsey, 2013). Seus relatos nos permitem compreender as representações sociais experimentadas de forma veloz e efêmera acerca das transformações em face das circunstâncias cambiantes, quer seja no ponto de partida (rural), quer seja no ponto de chegada (urbano).

Até o presente momento, segundo a abordagem de duas trajetórias, detivemo-nos sobre pontos como as expropriações rurais, as migrações forçadas para os núcleos urbanos, o desaparecimento das "cores", o domínio do monocromático verde canavial e o assalariamento rural dos antigos moradores destes espaços. Todavia, um ponto que chama a atenção é a provisoriedade destes sujeitos como assalariados rurais, ou seja, como boias-frias, em virtude de seu alijamento, derivado das reestruturações do sistema produtivo, guiado por um perfil desejado de trabalhador, e do desenvolvimento do mercado de trabalho urbano.

Cena II – "a gente precisava cobrar também, mas aí se complicou tudo"

Exploração, resistência e, por fim, o descarte

Ao longo do último quartel do século XX, além das transformações do horizonte rural orlandino, a própria cidade passou por significativa

transformação. Orlândia, desde fins do século passado, como é frequentemente rememorada por sua história oficial, diferente de outras cidades em sua região, não se tornou dependente das empresas do setor sucroalcooleiro que avançou significativamente nos espaços rurais. A cidade passou por considerável ampliação e consolidação industrial, bem como pela ampliação de vagas no setor público e terciário.

Assim, entre as transformações vivenciadas pelos boias-frias, antigos moradores do espaço rural que foram expropriados de suas roças, moradas, da posse de suas terras e dos meios e instrumentos de trabalho, e que migraram para as periferias da cidade, também se destaca sua provisoriedade como boias-frias. Esses sujeitos que viviam na cidade, mas trabalhavam no rural, aos poucos, em virtude da cidade "ser um ponto fora da curva", como nos relatou *Sr. Urbinati*, passaram a ser absorvidos pelos empregos urbanos. Todavia, não foi apenas o desenvolvimento urbano e das empresas locais que gerou o desaparecimento destes sujeitos das atividades rurais: parte significativa foi excluída do setor agroindustrial sucroalcooleiro.

Tal exclusão, ao longo de nossas incursões sobre o tema ancorada na literatura acadêmica, pode ser explicada a partir de duas linhas de análises que, de modo geral, entrelaçam-se e se complementam. A primeira refere-se às lutas travadas pelo sindicato e trabalhadores ao longo da década de 1980, quanto às condições dignas de trabalho, aos meios de transporte, aos salários pagos, bem como à alimentação e moradia, ao pagamento do décimo terceiro salário, ao descanso remunerado e ao fornecimento de instrumentos de trabalho e equipamentos de proteção.

Conforme *Sr. Urbinati*, ao longo deste período, o trabalho no corte da cana era uma atividade insalubre, perigosa e muito mal remunerada. A falta de fiscalização, a perseguição e cooptação de sindicatos agravaram ainda mais a situação de penúria dos trabalhadores e trabalhadoras. Em sua entrevista, contou-nos que muitos sujeitos perderam suas vidas em constantes acidentes ocorridos nas rodovias. Falou também dos roubos e abusos morais e sexuais por parte dos fiscais, bem como destacou as perseguições a qualquer trabalhador que realizasse algum tipo de enfrentamento. Todavia, cabe destacar que, mesmo que "o medo rondasse os canaviais", a luta e resistência dos trabalhadores

se fizeram presentes. O relato do *Sr. Urbinati* também enfatiza de maneira consistente as disputas travadas pelo sindicato e os acordos firmados com a classe patronal ao longo da década de 1980.

Para além do testemunho oral, localizamos uma reportagem publicada no jornal *O Regional*, de São Joaquim da Barra, em julho de 1983, na qual *Urbinati* comentava o resultado das eleições sindicais. Na ocasião, ele afirmava pretender "[...] fazer um trabalho de base [...]. Orientando, conscientizando e mostrando um trabalho que responda, pelo menos em parte, àquilo que ele [o trabalhador] necessita, sem fazer promessas, mas mostrar a realidade concreta em que ele vive". Comprometia-se ainda em "[...] fazer o trabalhador rural entender que o Sindicato e o trabalhador não são duas coisas separadas. Um faz o outro, um completa o outro".

Poucos meses depois, em 21 de outubro do mesmo ano, uma assembleia com a participação de mais de 400 trabalhadores/as orlandinos/as traçou os principais pontos de luta da categoria, conforme relatado por *Urbinati* à *Folha de Orlândia* (edição de 19/11/1983). Entre as reivindicações estavam: fornecimento de equipamentos de segurança, registro em carteira profissional, melhoria no transporte (dada a precariedade dos veículos), respeito e igualdade para as mulheres trabalhadoras, fim da contratação por empreiteiros/"gatos" (substituída por contratos diretos com os patrões) e melhores salários. Essas bandeiras atravessaram toda a década de 1980.

A atuação sindical resultou em conquistas significativas no período, sobretudo por meio de paralisações e greves que pressionaram as usinas. Em entrevista ao jornal *Realidade Rural*, *Urbinati* destacou a greve de 25 a 29 de maio de 1987 como um marco na luta dos boias-frias da região da Alta Mogiana. O estopim foi o chamado "furo":

> [...] o FURO vem ocorrendo na metragem do primeiro caminhão que é levado para fazer a média. Exemplo: um caminhão que na realidade só consegue levar 180 metros de cana cortada, como há ninguém que acompanhe o fiscal encarregado da medição, ele altera a metragem para mais ou menos 233 metros. Ficou comprovado que em média cada trabalhador toma um prejuízo de mais de três mil cruzeiros, por dia (*Realidade Rural*, 1989, s/p).

A paralisação teve início na fazenda Agudo, na divisa entre Orlândia e Morro Agudo, e se estendeu a toda a região de abrangência do sindicato (Orlândia, Sales Oliveira, Nuporanga, Morro Agudo e São Joaquim). Como resultado, acordou-se que representantes dos trabalhadores acompanhariam as medições dos caminhões. Contudo, segundo *Urbinati*, esse compromisso foi reiteradamente descumprido.

A *Folha de Orlândia* (edição de 06/06/1987), ao noticiar a greve, destacou a diversidade das reivindicações, voltadas não apenas aos salários e às condições de trabalho, mas também ao custo de vida na cidade. Os trabalhadores apontavam, por exemplo, os valores abusivos dos aluguéis: enquanto seus salários não ultrapassavam, em média, três mil cruzeiros, o aluguel chegava a dois mil e quinhentos cruzeiros mensais, comprometendo quase integralmente a renda familiar.

Contudo, se por um lado, as resistências de fato contribuíram para um processo de melhoria na qualidade de vida e trabalho dos sujeitos envolvidos, conforme os relatos destacam, também geraram o crescimento da repressão, tanto em relação à prática patronal, a partir da ameaça de demissões, como também em virtude do aumento do aliciamento de uma força de trabalho trazida de outros estados (Ferrante, 1989/90).

Os movimentos organizados por trabalhadores e pelos sindicatos, na perspectiva do *Sr. Urbinati*, também compartilhada pelo *Sr. Galvão*, fizeram com que muitos desses sujeitos passassem a integrar as chamadas *listas negras* das usinas, que correspondiam às listas de trabalhadores que se envolviam em greves, paralisações e outras atividades, como resistências cotidianas (como fazer corpo mole, brigar com fiscais e contestar os valores pagos). Ter o nome nessas listas significou ser excluído de contratações nas próximas safras – *vide* o relato do *Sr. Galvão*, apresentado em páginas anteriores.

A segunda linha de discussão é inquirir que não foi somente o *perfil contestador* destes sujeitos que gerou as dispensas, mas também um novo *perfil desejado* pelo setor sucroalcooleiro para o trabalho. O aumento significativo dos canaviais e a intensificação do ritmo de trabalho passaram a exigir *médias* mínimas de canas cortadas diariamente e acabaram por demandar cada vez mais pessoas. Essas novas vagas não eram supridas pela população local,

mormente considerando o perfil desejado, qual seja, de indivíduos com uma maior capacidade física, sujeitos mais jovens, pois

> [...] na medida em que acima de trinta anos de idade, os trabalhadores já encontram mais dificuldades para serem empregados [...] a vinda de novos sujeitos cumpriria a função de repor, por meio do fornecimento de maior força de trabalho, o consumo exigido pelos capitais cuja composição orgânica é maior (Moraes Silva, 2004, p. 34).

Contudo, é notório que as novas contratações aliaram não somente critérios técnicos, como o recorte de idade e produtividade, mas também critérios morais e sexuais. O perfil desejado era composto por homens "[...] mais jovens, dotados de força física e aqueles que não fossem encrenqueiros, isto é, os que não abusam de bebidas alcoólicas, os mais obedientes, que, seguramente, não protestarão contra as condições de trabalho e não participarão de movimentos reivindicatórios" (Moraes Silva, 2008, p. 174), ou seja, que não participariam de paralisações ou greves.[7]

Ponto central e que merece destaque neste processo de alijamento dos trabalhadores boias-frias do corte da cana foi o caso das mulheres. Elas foram as primeiras a serem excluídas. Destaca-se que o "perfil desejado" também gerou mudanças que tocam a divisão sexual do trabalho: elas foram paulatinamente excluídas do corte, sob o pretexto de não lograrem os níveis de produtividade exigidos.

> Uma coisa que pouco se fala é sobre o caso das mulheres. Sabia que por aqui, ali por 1970 e até a metade de 1980, eu digo que uns 40%, talvez um pouco mais, das pessoas que cortavam cana, não, em todas as outras atividades, com maior ou menor número, eram mulheres? Mas nessa mesma toada que retiram os daqui elas caíram juntas. Acontece esse padrão, sabe, eles [usineiros] desejavam um tipo de trabalhador como te contei, e nesse momento elas vão ser colocadas de lado (*Sr. Urbinati*, Junho/2024).

[7] Sobre estes novos trabalhadores que ocupariam tanto as vagas dos boias-frias como as novas, trata-se, em sua grande maioria, de sujeitos oriundos do norte de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e do Nordeste brasileiro. Eram *trabalhadores permanentemente temporários*, ou seja, sujeitos que se estabeleciam nas cidades apenas no período das safras.

Entre as entrevistas coletadas, ao longo dos últimos anos, emergiram diversas narrativas de mulheres que dedicaram parte de suas vidas, ou até mesmo sua totalidade, ao trabalho rural. Gostaríamos de abordar o relato de uma delas que, em menor ou maior grau, encontra-se entrelaçada a outras trajetórias, como a saída do espaço rural, o assalariamento no campo e as atividades no espaço urbano.

> Eu cheguei aqui [em Orlândia] no final de 1970, fui pra roça, era isso que eu sabia fazer, primeiro no café e depois cana. Trabalhei na cana, na cana! [Cortando?] Sim senhor, cortando! Eu não era fraca não [risos]. [Ficou muito tempo?] Nada, estava dispensando todo mundo daqui, pra pegar os *piauí* [expressão local que se refere e generaliza os migrantes nordestinos]. Eles eram mais novos, melhor de serviço e ficou muito duro, e também tinha muito preconceito com a gente né? Com a mulher. Eu já engoli muito sapo de homem vagabundo, que não aguentava com o peso das bolas e daí ia falar que eu estava dormindo com o fiscal. Sem vergonha, só porque eu cortava mais falavam, não só de mim, toda mulher sofria com isso. E se eu tivesse? Que que tem a ver com a vida da mulher? A mulher aguentar trabalho duro feria o orgulho deles [risos], mas isso fez muitas não irem sabe, ou pararem de ir, porque o povo falava muito. [E depois, quando foi dispensada?] Fui pra diária, mas depois fui pro lixão [silêncio], fiquei uns três ou cinco anos, pegando coisas lá e revendendo, depois fui pra palha[8], aí meu filho, aí eu brilhei [risos], não saí mais da palha até me aposentar e ainda estou nela, olha ali [no canto da garagem havia um saco de palha para ser dobrada] (*Sra. Conceição*, Junho/2024).

Sra. Conceição, mulher branca, atualmente com 72 anos, é natural da região rural de Lunardelli, norte paranaense. Filha de uma retirante cearense com um descendente de imigrantes poloneses, *Conceição*, com apenas 14 anos, fugiu do sítio do pai, quando ele a proibiu de namorar com Edgar. Juntos, migraram primeiramente para a cidade, onde se casaram e tiveram três filhos. Na cidade,

[8] Atividade realizada no campo, consiste na coleta de palha de milho, matéria prima para confecção de cigarros artesanais. Após a coleta da palha no campo, esse material é enviado às chamadas dobradeiras, as quais se dedicam em dobrar ou rasgar na largura exigida pela empresa à qual está vinculada. As trabalhadoras, que realizam esta atividade em suas residências, são remuneradas por milheiro (mil palhas dobradas). Cada quilo de palha, em média, gera pouco mais de mil e duzentas palhas. As palhas são separadas em pequenos maços contendo vinte e cinco cada. Desta forma, a cada quarenta macinhos de vinte e cinco palhas, elas produzem um milheiro. Infelizmente não teremos espaço para nos aprofundarmos sobre este tema. Seja o labor rural como o realizado nas periferias das cidades pelas mãos dessas mulheres descartadas pelo setor canavieiro, trata-se de um tema complexo e carece de estudos sociológicos e históricos. Buscaremos, nos próximos anos, dedicar alguns trabalhos a este tema.

não conseguiu lograr nenhum ganho, segundo ela, por não possuir estudo. Não conseguindo emprego, voltou-se ao trabalho rural na região, especialmente à colheita do café, com o companheiro, para conseguirem "alimentar as bocas famintas dos três filhos". Aos 25 anos, seguiu com o companheiro para Orlândia, a convite dos irmãos dele que haviam migrado alguns anos antes e passaram a enviar cartas mensalmente: "pintavam Orlândia como a terra das oportunidades [risos]". Em Orlândia, moraram na periferia e seguiram trabalhando no campo, inicialmente na colheita do café e, depois, no corte da cana. Como muitas outras mulheres, trabalhou muitos anos em parceria com o companheiro no corte, no entender dela, porque ele era "fraco" e não lograva os números de produtividade desejados: "Acho que foi essa fraqueza dele que fez com que adoecesse; ficou ruim da cabeça, passou a beber e ficar violento, quando começou a querer me dar [agredir], peguei ele de porrete e nos separamos. Ele sumiu".

Seguiu sozinha no corte por mais alguns anos, até a dispensa. Enfrentou diariamente assédios, seja pelos fiscais, com propostas indecorosas, como de companheiros homens que a acusavam de conseguir vantagens com os mesmos fiscais. Dispensada do corte e sem emprego na cidade, dedicou quase cinco anos de sua vida ao trabalho de coleta de recicláveis em um lixão localizado entre as cidades de Orlândia e Nuporanga. Vivia nesse espaço, em uma barraca; os três filhos moravam na cidade, cuidados por uma irmã que trouxera do Paraná. Quando o espaço foi fechado, voltou ao trabalho no campo, mas como tiradora de palha, atividade em que se manteve até fins da década de 2010, quando se afastou do campo por problemas na coluna. Atualmente, mesmo após sua aposentadoria em 2022, após uma longa luta judicial, segue trabalhando, mas como dobradeira de palha, atividade que executa em sua residência.

A história familiar de *Conceição*, apesar de apontar dessemelhanças com outras, estrutura-se com base nas dificuldades materiais, relações conflituosas e a presença do poder masculino, seja do pai ou do marido. Seu relato destaca, inicialmente, as diferentes atividades exercidas no campo, ainda enquanto criança, bem como, durante períodos de gravidez, mesmo em avançado estado gestacional. Em algumas situações, seus direitos de repouso não foram respeitados, especialmente nos períodos de pós-nascimento dos filhos, pois

nunca "guardou resguardo" (puerpério). *Conceição*, como muitas outras, é migrante, dedicou-se a trabalhos rurais por décadas, no contexto orlandino, colocou em evidência o processo histórico do avanço e predomínio dos canaviais, o desaparecimento das "cores" no rural, e a gradativa dispensa das mulheres e homens locais das atividades do corte e sua gradual substituição por *trabalhadores permanentemente temporários*, especialmente os "piauís", expressão que homogeniza e estigmatiza os nordestinos na cidade de Orlândia (Pereira; Schorner, 2018; Pereira, 2026).

> As mulheres são aquelas que mais foram afetadas, além dos mais velhos. Consideradas frágeis, incapazes de garantirem os níveis de produtividade no corte da cana – em torno de dez toneladas -, elas foram relegadas às funções mais desvalorizadas e mais perigosas. A busca de outras alternativas de trabalho alia-se à consciência da situação em que vivem (Moraes Silva, 2004, p. 51).

Ao ser expulsa do corte manual, ela permaneceu no setor canavieiro, mas sendo empregada como "faxineira dos canaviais", compondo o contingente de trabalhadoras em tarefas pesadas, insalubres e ainda mais invisíveis. Aquelas que conseguiam trabalho foram sendo relegadas às piores tarefas, encontravam-se empregadas em atividades que eram ainda mais invisibilizadas do que aquelas realizadas pelos homens no eito dos canaviais. Observam-se, no relato de *Conceição*, as desvantagens em outras atividades do setor, nas diárias, as tarefas recebem pouca remuneração, além dos altos níveis de exploração enfrentados.

No relato de *Conceição*, os (des)qualificativos, especialmente aqueles que buscam colocar as mulheres como frágeis, meras ajudantes dos companheiros, que se configuram como o discurso dominante que legitima a retirada das mulheres desse mercado de trabalho, que passou a ser reservado aos homens fortes e jovens, é contestado, ou, ao menos, não é identificado como o principal motivo. A entrevistada considerava-se muito "forte", mais do que "muito machão". Seu relato nos faz recordar da trajetória de Marta, protagonista da obra *Açúcar Amargo* de Luiz Puntel (1989), que sempre buscou desmistificar a representação de que as mulheres eram mais frágeis que os colegas homens. No relato de nossa entrevistada, ela reforça que cortava "muita cana" e, para

dar ênfase às falas, repete mais de uma vez o termo "muito" na mesma frase. Outros relatos coletados com ex-trabalhadoras, justificam suas dispensas do trabalho do corte em virtude de um conjunto de motivações: 1) a naturalização das relações sociais assentadas nas diferenças entre homens e mulheres; 2) por não lograrem os mesmos números que seus colegas homens; 3) por serem elas, muitas vezes, aquelas que contestavam mais arduamente os abusos sofridos nos canaviais. Estas três motivações podem ser sintetizadas a partir do relato de *Conceição*.

Para *Conceição*, ao se destacarem, por colherem mais cana que seus companheiros homens, isso "feria seu orgulho" e, desta forma, gerava uma série de comentários depreciativos, que contribuíram para o seu descrédito no ambiente de trabalho, mas também como "mulher honrada", frente à sociedade que integrava.

Para ela, muitas mulheres acabaram por deixar o corte da cana ou, nem mesmo, dedicaram-se a tal atividade devido às fofocas, pois tornarem-se vítimas dos comentários discriminatórios que acabavam por causar-lhes muitos problemas, tanto no ambiente laboral, como no seu contexto social, especialmente em suas famílias: "[...] vi pai expulsar filha de casa, bater na esposa, já vi de tudo, por causa de fofocas assim, muito triste, muitas abandonavam o corte, deixavam de ganhar seu dinheirinho por causa desses tipos de comentários, muito triste" (*Sra. Conceição*, Junho/2020).

Conforme seu relato e de outras mulheres, eram comuns entre os colegas homens dois discursos. O primeiro definia-as como mulheres que "seduziam" os fiscais para conseguirem benefícios, sobretudo, para garantirem maiores ganhos, visto que, na perspectiva deles, elas não possuíam capacidades físicas para tal feito. De fato, segundo Moraes Silva (1999, p. 277) essa prática existiu:

> [...] mulheres que se 'sujeitam' às cantadas dos empreiteiros têm a vantagem de receber mais pelo trabalho. No momento de medir a cana, eles [fiscais/empreiteiros] retiram dos demais trabalhadores uma parte que é acrescentada à daquela com quem possui relações amorosas.

Contudo, a identificação delas como "culpadas" eximia dos empreiteiros/fiscais qualquer responsabilidade, pois era uma "prática abusiva com condicionantes de gênero e classe" (Moraes Silva, 1999, p. 277).

Por outro lado, o segundo discurso coloca os fiscais na posição de vilões, uma vez que, diante da exploração vivenciada, dos baixos ganhos e do poder que detinham sobre a força de trabalho, esses agentes se sentiam autorizados a fazer "propostas indecorosas". Tais propostas dificilmente poderiam ser recusadas, pois a negativa poderia resultar em dispensa e até em difamação junto a outros recrutadores de mão de obra. Essa segunda afirmação coloca as mulheres em uma posição de sujeitos frágeis, tanto física quanto emocionalmente, que se encontravam em um caminho bifurcado, no qual a escolha ocorria entre a sujeição ou a não aceitação e, por consequência, sujeitas às penalidades, como a demissão e exclusão ou o preconceito e a discriminação imposta por colegas de trabalho.

Ponto que une ambos os discursos é sua concordância de que as mulheres auferiam maiores salários que os de seus colegas homens, seja devido ao roubo perpetrado pelos agentes de controle da força de trabalho, seja em virtude de elas os seduzirem ou de serem elas vítimas de um processo de dominação que as imobilizavam frente ao poder que seus empregadores exerciam sobre si. As duas alegações pendem entre dois polos de representações históricas da figura feminina: mulheres frágeis e indefesas e/ou aproveitadoras/sedutoras.

Todavia, como nos foi apresentado por outras entrevistadas ao longo dos anos de pesquisa, tais questões são muito mais complexas. Em alguns relatos, inclusive da própria entrevistada, são colocados em destaque trajetórias de diferentes mulheres, amigas, colegas ou "rivais". São narrativas de fragmentos de experiências, seja daquelas enganadas, que caíam no "papo" dos *gatos,* mas também das que não são "coitadinhas", ou seja, submissas ou ingênuas, mas mulheres "espertas", "conscientes" e que não levavam "desaforo pra casa". Estes *cacos de histórias* mudam o eixo, confessam, sem querer "difamar as companheiras", as diferentes estratégias. Destacam-se questões desde a resistência, como a dissimulação. Também emergem de suas narrativas, não somente as relações de poder desiguais, mas as táticas que foram utilizadas para ultrapassar ou, ao menos, minimizar e mitigar as explorações vivenciadas.

As narrativas nos revelam algo mais complexo que vai na contramão do estereótipo da domesticidade atribuída a elas e contraria os discursos acerca de serem frágeis e meras exploradoras dos ganhos alheios. Em seus relatos, as mulheres mostravam que conheciam seus direitos, bem como utilizavam do próprio sistema de dominação para tecer táticas, seja pela sedução, seja pelo enfrentamento ou denúncia.

As narrativas trazem as mulheres para o palco como protagonistas, revelam não a simples submissão à ordem existente, mas a um conjunto de práticas que vão muito além; são mulheres que ludibriaram e foram ludibriadas, entregaram-se ou apenas "temperavam" os *gatos*. Enfim, outras trajetórias e experiências que se encontram "nos vãos da história" (Moraes Silva, 2012).

Cabem ser destacadas ainda, neste leque de motivações que geraram o alijamento das mulheres na colheita da cana de açúcar, para além daqueles que identificam as questões que envolvem certos imaginários, construções históricas, representações e estereótipos de gênero, suas posições como vozes ativas nas lutas travadas pelos trabalhadores/as e sindicato, ao longo da década de 1980.

Para a entrevistada, *Conceição*, reside aí uma motivação importante que gerou seu descarte. "Bocudas", "arrumam muita confusão", "não sabiam ficar quietas", eram "encrenqueiras" e "tudo era roubo para elas" foram expressões presentes tanto nos relatos masculinos quanto femininos. São expressões que remetem às trajetórias laborais das mulheres sob dois prismas: nas narrativas masculinas, são vistas de forma negativa; contudo, no narrar feminino, são seu oposto, ou seja, positivas, pois, para elas, tais características remetem às suas manifestações individuais e coletivas que buscavam melhores condições de vida e trabalho.

Em síntese, tanto nos relatos masculinos quanto nos femininos, observa-se que as mulheres, em diferentes contextos, assumiram posturas contestatórias diante do que consideravam injustiças. Ao enfrentar fiscais, "não ficar quietas", arrumar "confusões" ou ser "bocudas", elas elaboraram práticas e estratégias de luta no cotidiano de trabalho (Lopes, Menezes; Santos Jr., 2020).

Conforme relatou *Sr. Urbinati*:

> Nós [o Sindicato], unidos aos trabalhadores e às trabalhadoras, sim, muitas, muitas mulheres, ao longo de 1980 mudamos muita coisa, como eu disse, conquistamos muita coisa, que foi base para a gente correr atrás para os nortistas que ocupam essas vagas depois.

Novamente observamos o emprego e ênfase à expressão "muito", desta vez não para se referir a *quantum* de trabalho, de cana cortada, mas ao número de mulheres envolvidas nas ações políticas que visavam as mudanças no sistema de trabalho. *Urbinati*, ao descrever a atuação das mulheres, identificou-as como mais aguerridas, mais batalhadoras, "[...] elas não tinham medo, tinham força, mais que muitos homens [risos], muitas das ações, das greves, sobretudo, deram certo por causa delas".

Para as mulheres, a jornada intensa do corte era posterior aos cuidados da casa, dos filhos e, em alguns casos, dos companheiros adoecidos. A preparação da "marmita", o alimento a ser levado para o almoço e o lavar roupas reduzia seus horários de descanso, e as múltiplas tarefas socialmente impostas sobrecarregavam ainda mais seus corpos (Tavares, 2022, p. 102). Todavia, mesmo com múltiplas jornadas de trabalho justapostas, e de responsabilidades sociais atribuídas, isso não significou a ausência feminina nos sindicatos e nas lutas políticas e sociais, conforme demonstra a rica produção acadêmica sobre o tema.

Entretanto, levando em consideração o relato de *Conceição* e de outras mulheres entrevistadas ao longo destes últimos anos de pesquisa, ao que nos parece, suas participações em movimentos dos trabalhadores/as não foram motivadas, pelo menos não inicialmente, por reivindicações específicas da condição de mulher, mas "[...] integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação. Nesse momento, as distinções de gênero não importavam" (Carneiro, 1994, p. 12).

Observou-se em seus relatos que as manifestações individuais e coletivas representam para tais trabalhadoras um enfrentamento enquanto classe. Evocam que a participação delas em movimentos coletivos e de suas ações individuais de contestação visa a melhoria das condições de trabalho para todos, e não de formas específicas a elas ou às mulheres de modo em geral.

Contudo, algumas pautas desse grupo acabaram por ganhar forma e, nesse momento, observa-se "uma mudança na qualidade desta participação", em que a sua mobilização passou a ir além do "[...] reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva" (Carneiro, 1994, p. 12).

> Sindicato? [Sim] Claro, participei muito de reuniões, no começo era complicadinho, porque o pessoal não dava bola pra gente, mas, aos poucos, uma ou outra fez fala, foi lá na frente, enfrentava mesmo, ignorava os idiotas que ficavam de risinho frouxo e falava as coisas para a gente, para a mulher também, porque a gente tinha coisas diferentes dos homens, que *a gente precisava cobrar também, mas aí se complicou tudo né*, teve muita perseguição e mandaram muita gente embora (*Sra. Conceição*, Junho/2024).

Seu relato identifica que, enfrentando preconceitos, as mulheres passaram a tomar a frente, realizavam falas em reuniões, não só para defender interesses de classe, passaram a pautar questões específicas ao grupo de trabalhadoras rurais. Notam-se imbricações entre suas reivindicações específicas e as do conjunto de trabalhadores (Ferrante, 1989/90, p. 81). Pelo relato acima, observa-se o início do processo de construção de uma identidade política feminina que integra reivindicações específicas.

Porém, esse processo foi abruptamente interrompido em virtude do descarte dessas mulheres, especialmente nas atividades da colheita. Devido ao vertiginoso processo de reestruturação produtiva, implantado pelas usinas de cana de açúcar em fins da década de 1980, que foi marcado pela reconfiguração do trabalho, caracterizada pelo aumento da intensidade da exploração e por novas formas de divisão sexual do trabalho, as mulheres foram, paulatinamente, perdendo muitos postos de trabalho.

Alijadas do corte manual, em detrimento do emprego de homens jovens e temporários que, expropriados de suas terras e de seus modos de vida, viviam nas chamadas "pontas de rua", ou seja, periferias de pequenas cidades do Norte mineiro e do Nordeste brasileiro (Melo & Moraes Silva, 2013, p. 52), as atividades laborais que passavam a executar, na grande maioria das vezes, eram "[...] eivadas pelo crivo das discriminações e estereótipos do gênero

feminino" (Moraes Silva, 2016, p. 156), eram tidas como leves e afeitas às mulheres – em razão de que, a partir da representação social histórica, elas são mais caprichosas que os homens.

Tais atividades, insalubres, precárias e penosas, geralmente realizadas no formato de diárias, agenciadas por *gatos*, circulando de uma plantação a outra, durante todo o ano (Moraes Silva; Martins, 2010), na maioria das vezes, sem registro na carteira de trabalho e fiscalização dos sindicatos, contribuíram para uma desarticulação de um movimento incipiente que, anos mais tarde, em virtude de essas atividades também serem eliminadas, graças à mecanização, fecha o ciclo de exclusão das mulheres.

Epílogo

Histórias, trajetórias e experiências

A concentração de terras, a extinção das roças de subsistência, o fim da indústria doméstica e o avanço dos canaviais sobre o espaço rural, todos estes processos históricos articulados entre si, empurraram os trabalhadores e trabalhadoras rurais para cidades próximas e outras regiões e estados brasileiros (Santana, 1998). Colonos, pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, de origem paulista, mineira, paranaense e de outros estados da federação, afastados da terra de trabalhar e viver, transformaram-se em trabalhadores rurais assalariados e foram temporariamente absorvidos por atividades agrícolas diversas (Mariano, 2004). Por "[...] não portarem saberes e condutas adequados às exigências da cidade e do mercado de trabalho, permanecem excluídos das ocupações urbanas valorizadas" (Costa, 1993, p. 5). Instalados na cidade, voltaram-se ao rural, plantaram, carpiram e colheram, inicialmente produtos diversos como algodão, café, arroz e batata, mas, desde fins da década de 1980, com o domínio da cana, que invadiu as terras onde muitos deles viviam, especialmente daqueles de origem paulista, dedicaram-se a ela: colhendo, plantando, limpando e cuidando dela.

Remunerados com base na produção (tonelada de cana cortada) ou pela diária, "[...] sem lugar certo para trabalhar ou trabalho permanente, viveram

a instabilidade do trabalho temporário nos canaviais" (Costa, 1993, p. 6). Tempo e espaço do trabalho rural assalariado dissociaram-se do controle e das exigências da produção familiar. Especialmente nos trabalhos nos canaviais, "[...] as tarefas cotidianas foram reguladas pela divisão e sincronização do trabalho promovidas pela indústria localizada no campo, que ajustou o ritmo dos homens ao das máquinas e ao interesse pelo lucro" (Costa, 1993, p. 6). Destituídos do controle de tempo e saber na direção do processo produtivo, o trabalhador sujeitou-se às determinações técnicas, horários e fiscalização da empresa.

Todavia, como narrou *Sr. Urbinati*, em virtude de Orlândia ser uma cidade "fora da curva", ela industrializou-se à revelia da civilização canavieira que dominou boa parte das pequenas cidades da região da Grande Ribeirão Preto, e, aos poucos, muitos destes sujeitos foram absorvidos pelos trabalhos urbanos.

Ademais, o processo de reestruturação produtiva, que determinou alterações no mercado de trabalho e também nas formas de organização do trabalho (Melo & Moraes Silva, 2013, p. 55), implantado pelas usinas, a partir da década de 1990, por meio da mecanização do corte e de outras atividades, como o plantio, o emprego de fertilizantes e inseticidas, bem como a intensificação da exploração, definiu os novos perfis de trabalhadores (homens, jovens e que não eram "bocudos"), consolidou o descarte dos sobrantes (boias-frias), fechou um ciclo e ampliou um outro, o da contratação de trabalhadores *permanentemente temporários*, sobretudo nordestinos, estigmatizados na cidade sob o rótulo de *piauís,* que se instalavam nela apenas por um período – o de safras – e, depois, quando o capital não mais precisava deles, eram devolvidos aos seus locais de origem e, em seguida, novamente voltavam. Logo, tratava-se de uma migração *permanentemente temporária*, pois, grande parte deles migrava todos os anos, tendo a vida dividida no espaço e no tempo, nem lá e nem cá, sempre em movimento.

A análise histórica e social apresentada ao longo deste texto buscou destacar, entre diversos aspectos, o profundo impacto da modernização agrícola e o avanço da monocultura canavieira no mundo rural da Alta Mogiana Paulista, tomando o caso de Orlândia como ilustração de um processo mais amplo. Alicerçados na literatura acadêmica especializada e apoiados em fragmentos

de histórias de vida, buscamos evidenciar outra face do "progresso" rural paulista, tratando especialmente das perdas, lutas e reconfigurações.

No subterrâneo da expansão e modernização do campo paulista, encontram-se, dentre múltiplos aspectos, inúmeros episódios de expropriação e de mudanças nas relações de trabalho. Em um só golpe, amparada pelo próprio Estado (Moraes Silva, 1999), a modernização, a partir da introdução de novas tecnologias em todas as fases do processo produtivo, gerou a expansão do cultivo de monoculturas e intensificou a proletarização e exploração da força de trabalho. Ambos são aspectos basilares para a construção desse setor produtivo (Verçoza & Moraes Silva, 2012; Martins, 2024).

Tomando como base experiências concretas de sujeitos "vencidos" em meio a esta "tempestade chamada progresso", buscamos ao longo destas páginas evidenciar como os processos de expropriação e migração forçada alteraram modos de vida e a organização das relações de trabalho no campo. Os agentes sociais diretamente atingidos, primeiro pela perda de suas terras, depois pela dominação e superexploração como boias-frias, foram relegados à exclusão e invisibilidade.

No entanto, como mostram os relatos, esse processo não ocorreu sem lutas e resistências: tanto as ações coletivas organizadas pelos sindicatos quanto as iniciativas cotidianas dos/as trabalhadores/as resultaram em conquistas parciais, que beneficiaram também os novos sujeitos incorporados ao corte da cana.

As narrativas analisadas são atravessadas por experiências de desenraizamento e exploração, mas igualmente de resistência, permitindo compreender as transformações do campo no nordeste paulista sob a hegemonia do capitalismo agroindustrial canavieiro. Ao mesmo tempo, revelam como os trabalhadores/as, mesmo deslocados/as para as margens urbanas, buscaram reconstruir suas vidas e questionar estruturas de opressão. Vale ressaltar que o processo de exploração/dominação não advém apenas de uma fonte – das relações capitalistas de classe -, porém de outras fontes, das relações patriarcais vigentes, além do racismo escamoteado pela figura depreciativa dos "piauis". É nesta intersecção (classe/gênero/raça) que as

relações de exploração/dominação são potencializadas pelos proprietários dos meios de produção.

Nesse sentido, ao resgatar histórias e memórias subalternizadas – frequentemente silenciadas -, este estudo contribui para a disputa de enquadramentos de memória (Pollak, 1989), trazendo à tona registros subterrâneos que tensionam as versões hegemônicas da história regional. Do ponto de vista sociológico, tais narrativas constituem-se fontes privilegiadas porque iluminam dimensões obscurecidas da vida cotidiana e dos conflitos, revelando seus significados.

Embora partam de recordações individuais, essas memórias encontram-se entrelaçadas a experiências coletivas mais amplas. Como lembra Magalhães (2015), a memória é simultaneamente individual e social: quem recorda é o sujeito, mas o faz a partir de quadros de referência compartilhados (Halbwachs, 2006).

Assim, ao serem evocadas, essas lembranças singulares ressoam em uma memória coletiva que se estrutura em disputas simbólicas, atravessadas por silenciamentos e resistências. É nesse movimento que reside o significado sociológico de recuperar as trajetórias e experiências desses trabalhadores: trazer à superfície memórias subterrâneas, visibilizar sujeitos historicamente subalternizados e problematizar o modo como as memórias oficiais se consolidam.

Por fim, este texto poderá contribuir para a rememoração de uma história marginalizada, que contém vozes, experiências, trajetórias, sentimentos e ressentimentos de sujeitos, migrantes, trabalhadores que se encontram silenciados e invisibilizados socialmente, sujeitos que foram escamoteados nos subterrâneos do chamado agronegócio brasileiro. As reflexões acima, ao evidenciarem as narrativas dos sujeitos, contribuem para uma história que, por premissa, poderia ser tomada como distante do plano da realidade. Emergem aqui, existências humanas reais, muitas das quais, não estão contabilizadas nos números frios das estatísticas nem eternizadas nas linhas traçadas por aqueles que se dedicaram a contar uma história de/sobre Orlândia e de seus habitantes.

Referências

BASTOS, Adélia de Diniz Junqueira. *Lendas e Tradições da Família Junqueira.* São Paulo: Hucitec, 1979.

BASTOS, Adélia de Diniz Junqueira. *O que Tia Adélia não contou em Lendas e Tradições da Família Junqueira.* Orlândia: Tiragem Autoral, 1989.

BASTOS, Adélia de Diniz Junqueira. *Os filhos da Invernada.* Orlândia: Tiragem Autoral, 1995.

BINI, Danton Leonel de Camargo & TAHAN, Sarah Toniello. Modernização no campo e urbanização na região de Ribeirão Preto – SP (1950-2007). *Dialogus*, v. 6, n. 1, p. 123-132, 2010.

BOECHAT, Cássio Arruda. A questão agrária em São Paulo: debate sobre o fim do colonato e o surgimento do boia-fria na agricultura paulista. *Geousp – Espaço e Tempo*, v. 24, n. 2, p. 203-225, 2020.

CARMO, Maristela Simões do. Relações de trabalho na agricultura: o corte da cana-de-açúcar em Orlândia e Sales Oliveira. *Informações Econômicas*, v. 22, n. 9, p. 27-32, 1992.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação. *Estudos Sociedade e Agricultura,* n. 2, p. 11-22, 1994.

COSTA, Maria Cristina Silva. Entre o rural e o urbano: construção de tempo e espaço entre trabalhadores rurais temporários. *Travessia*, v. 6, n. 15, p.5-7, 1993.

DAWSEY, John C. *De que riem os boias-frias?* Diários de Antropologia e Teatro. São Paulo: Terceiro Nome (Coleção Antropologia Hoje), 2013.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Caminhos e descompassos do sindicalismo rural paulista. *Perspectivas*, n. 12/13, p. 73-102, 1989/90.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes & VIEGAS, Danielle Heberle, Migração e segregação urbana: estudos de caso em uma cidade metropolitana (Canoas, RS). *Travessia*, n. 62, p. 33-37, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Brasileiro de 2000*: Orlândia. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*: Orlândia. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JUNQUEIRA. João Francisco Franco de. *Orlândia de Antigamente*: uma Memória Fotográfica. Orlândia: 1999.

LOPES, José Sérgio Leite; MENEZES, Marilda Aparecida de & SANTOS Júnior, Jaime. Movimentos Grevistas de operários e trabalhadores rurais: narrativas cindidas? *Política & Trabalho*, n. 52, p. 12-19, 2020.

LÖWY, Michael. El punto de vista de los vencidos en la historia de América Latina. Reflexiones metodológicas a partir de Walter Benjamin. *In*: Vedda, Miguel (Org.).

Constelaciones dialécticas. Tentativas sobre Walter Benjamin. Buenos Aires, Herramienta, 2008. p.81-90.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Nordestinos na Zona Leste de São Paulo: subjetividade e redes de migrantes. *Travessia*: Revista do Migrante, n. 76, p. 99-112, 2015.

MARIANO, Neusa de Fátima. Dos colonatos aos assalariamentos. *Travessia*, n. 49, p. 24-30, 2004.

MARTINS, Rodrigo Constante. Trabalho rural: o tempo da teoria e o tempo do boia-fria. *Contemporânea*, v. 14, p. 1-19, 2024.

MELO, Beatriz Medeiros de & MORAES SILVA, Maria Aparecida de. O noroeste paulista dos sitiantes: entre história e memória, liberdade e sujeição. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios,* n. 38, p. 51, 2013.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. *Pegada*, v. 1, p. 1-17, 2008.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Como expulsar o camponês do proletário. *Travessia* v. 3, n. 8, p. 5-11, 1990.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. As cidades dos boias-frias: o desdobramento do poder e controle da empresa. *Travessia*, n. 01, p. 30-34, 1993.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. *In*: Antunes, Ricardo & Moraes Silva, Maria Aparecida de (Orgs.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 29-78.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Cortadores de Cana e os (Não) Direitos. *Travessia*, n. 61, p. 26-36, 2008.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de & Martins, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. *Sociologias*, n. 24, p. 196-240, 2010.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Encontrando mulheres nos vãos da história. *Contemporânea*, v. 2, n. 1, p. 131-157, 2012.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Sabe o que é ficar borrado no eito da cana? *Estudos Sociedade e Agricultura,* v. 21, n. 2, p. 359-391, 2013.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Trabalho rural: as marcas da raça. *Lua Nova*, n. 99, p. 139-167, 2016.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; Verçoza, Lúcio Vasconcellos de & Reis, Tainá. Cercas: Imagens dos Camponeses no Brasil contemporâneo. *Eutopía*, n. 16, p. 31-50, 2019.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Trabalhadores rurais nos campos paulistas: histórias mutiladas. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, v. 32, p. 1-18, 2024.

PEREIRA, Bruno César; SCHORNER, Ancelmo. O que é ser 'piauí': A representação dos migrantes nordestinos em um município paulista (1980-2020)'. *Boletim Historiar*, v. 7, p. 73-94, 2020.

PEREIRA, Bruno César. *Trajetórias, labor e cotidiano de trabalhadores* (*as*) *rurais migrantes no redesenho dos traçados da cidade.* Tese (Doutorado em Sociologia). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2026.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRETA, Cyro Armando Catta. *Orlândia de Tempos Idos Balada Sertaneja*. Orlândia: Edição Autoral, 1997.

PRETA, Cyro Armando Catta. *Querença*: História de Orlândia em 150 Sonetos. Orlândia: Edição Autoral, 1998.

PRETA, Cyro Armando Catta. *Orlândia de outros tempos*. Orlândia: Folha de Orlândia Ltda, 2007.

PUNTEL, Luiz. *Açúcar Amargo*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. O migrante e a cidade: enraizamento e/ou desenraizamento. *Travessia*, n. 54, p.45- 50, 2006.

SANTANA, Charles d'Almeida. Memorias de trabalhadores rurais na cidade. *Travessia*, v. 11, n. 32, p. 41-43, 1998.

SERAFIM, Luís. *Vila Tatu* (Crônicas). Franca: Fundação Mario de Andrade, 1997.

SERAFIM, Luís. *Meninos das Quebradas*: os meninos de pés sujos. São Paulo: Clube de Autores, 2010.

SERAFIM, Luís. *A cidade dos pretos*. São Paulo: Clube dos autores, 2020a.

SERAFIM, Luís. *Terras devastadas.* São Paulo: Clube dos autores, 2020b.

SILVA, José Hélio da. Um perfil da expansão canavieira na Alta Paulista. *Revista Pegada*, v. 10, n. 1, p. 46-65, 2009.

TAVARES, Filipe Moreira de Azeredo. *Resistência, Luta e Sindicalismo*: Um Estudo Sobre A Greve (1984) Dos Canavieiros de Campos Dos Goytacazes (RJ). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, 2022.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de & MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação e memória na região dos tabuleiros de cana. *Áskesis*, v. 1, n. 1, p. 32-104, 2012.

Como citar:

PEREIRA, Bruno Cesar; MORAES SILVA. Maria Aparecida. Fragmentos de histórias: Notas sobre trajetórias no contexto da trágica modernização rural na Alta Mogiana paulista. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, 2026, e2634102, DOI: https://doi.org/10.36920/esa34-1_02

Creative Commons License. This is an Open Acess article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.